



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Estado do Espírito Santo

Município criado pela Lei 1.405 de 16/08/1958 e instalado em 29/01/1959

Alameda Dr. Moacyr Tardin de Figueiredo, s/nº, centro - Apiacá/ES - CEP: 29.450-000 ☎(28) 3557-0152

CNPJ: 27.165.604/0001-44

LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 09 DE JUNHO DE 2022.

“Institui Programa de Regularização Fiscal – REFIS MUNICIPAL e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Apiacá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte lei:

CAPÍTULO I DO REFIS MUNICIPAL

Art. 1º Fica instituído o Programa de Regularização Fiscal Municipal – REFIS MUNICIPAL, com a finalidade de implementar a arrecadação, bem como efetivar a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos dos contribuintes, constituídos ou não em dívida ativa, parcelados, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, de qualquer natureza, relativos fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2021.

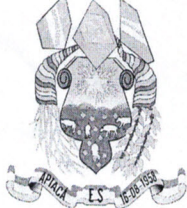
Art. 2º O ingresso no REFIS MUNICIPAL dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação dos débitos fiscais referidos no artigo anterior.

§1º O ingresso no REFIS MUNICIPAL implica inclusão da totalidade dos débitos referidos no art. 1º, referente ao cadastro requerido pelo contribuinte, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no Programa mediante confissão.

§2º Para o ingresso ao REFIS MUNICIPAL deverá o contribuinte estar em dia com o pagamento dos tributos referentes ao exercício em que se der a opção, ou seja, efetivação do pagamento dos tributos Municipais do exercício de 2022.

Art. 3º A opção pelo REFIS MUNICIPAL poderá ser formalizada até o dia 30 de julho de 2022, mediante a utilização de formulários próprios a serem fornecidos pelo Setor de Tributação do Município de Apiacá.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no **caput** deste artigo poderá ser alterado, mediante Decreto, em caso de necessidade, devidamente justificado no ato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Estado do Espírito Santo

Município criado pela Lei 1.405 de 16/08/1958 e instalado em 29/01/1959

Alameda Dr. Moacyr Tardin de Figueiredo, s/nº, centro - Apiacá/ES - CEP: 29.450-000 ☎(28) 3557-0152

CNPJ: 27.165.604/0001-44

Art. 4º Os débitos existentes em referência ao cadastro do optante serão consolidados tendo por base a formalização do pedido de ingresso no REFIS MUNICIPAL.

§1º A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em referência ao cadastro do contribuinte (*pessoa física ou jurídica*), inclusive os acréscimos legais, multa de mora ou de ofício, juros moratórios e atualização monetária, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§2º O pagamento único ou a parcela de entrada deverá ser pago no ato ou até 03 (três) dias úteis após data da formalização do REFIS MUNICIPAL, caracterizando a efetivação do ingresso no programa.

§3º Para fins de pagamento dos débitos fiscais em qualquer das formas previstas nos artigos 6º e 7º, fica o Poder Executivo autorizado a emitir documento único de arrecadação (DAM) ou outro documento de cobrança bancária em nome dos contribuintes devedores, se assim entender.

§4º O pedido de ingresso no REFIS MUNICIPAL implica:

- I – Confissão irrevogável e irretratável dos débitos tributários;
- II – Expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais no pedido por opção do contribuinte.

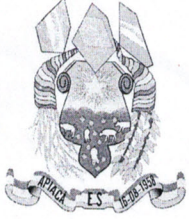
Art. 5º Será excluído do REFIS MUNICIPAL:

I - O inadimplente de tributos municipais relativos a fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo ou inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar;

II - O contribuinte em recuperação judicial (falência) ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

III - A pessoa jurídica cindida, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecerem estabelecidas no Município de Apiacá e assumirem solidariamente com a cindida as obrigações do REFIS MUNICIPAL;

IV - O contribuinte que praticar qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do contribuinte optante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Estado do Espírito Santo

Município criado pela Lei 1.405 de 16/08/1958 e instalado em 29/01/1959

Alameda Dr. Moacyr Tardin de Figueiredo, s/nº, centro - Apiacá/ES - CEP: 29.450-000 ☎(28) 3557-0152

CNPJ: 27.165.604/0001-44

V - O contribuinte que atrasar o pagamento de qualquer parcela por mais de 90 (noventa) dias do vencimento do crédito tributário, ficando impedida a inclusão dos referidos créditos em um novo ingresso ao programa.

Parágrafo único. A exclusão do optante do REFIS MUNICIPAL implicará a exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado ainda não pago, com os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, prosseguindo-se as eventuais execuções fiscais ou imediata inscrição em dívida ativa do débito ainda não ajuizado e consequente cobrança judicial.

Art. 6º Aos pagamentos efetuados serão concedidos os seguintes descontos:

I - à vista - 100% (cem por cento) sobre a totalidade dos juros e multa;

II - até doze parcelas - 75% (setenta e cinco por cento) sobre a totalidade dos juros e multa;

III - de treze até vinte e quatro parcelas - 50% (cinquenta por cento) sobre a totalidade dos juros e multa.

§1º O valor de origem do débito deverá ser atualizado na data do requerimento da opção ao REFIS MUNICIPAL.

§2º Os valores das parcelas não poderão ser inferiores a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoas físicas e R\$200,00 (duzentos reais) para pessoas jurídicas.

§3º No caso de parcelamento a correção monetária será cobrada na proporcionalidade da quantidade de parcelas pelas quais optar cada devedor, de conformidade com os índices igual e legal estabelecido pelo Município, somados a juros legais mensais.

Art. 7º Aos que procurarem espontaneamente o Setor de Tributos, no prazo previsto no art. 3º, mediante requerimento, e reconhecer infração relativa a fatos geradores ocorridos até a data da presente lei, será estendido, no que couber, o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias recolhidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Estado do Espírito Santo

Município criado pela Lei 1.405 de 16/08/1958 e instalado em 29/01/1959

Alameda Dr. Moacyr Tardin de Figueiredo, s/nº, centro - Apiacá/ES - CEP: 29.450-000 ☎(28) 3557-0152

CNPJ: 27.165.604/0001-44

Art. 8º O não pagamento das parcelas até o dia do vencimento, não impedirá o seu recebimento, respeitado o previsto no inciso V, do art. 5º, e acarretará a multa na seguinte proporcionalidade:

a) 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela inadimplida quando o pagamento for efetuado até trinta (30) dias após verificado o vencimento;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida quando o pagamento for efetuado até sessenta (60) dias após verificado o vencimento;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida quando o pagamento for efetuado decorridos mais de sessenta (60) dias após verificado o vencimento, acrescendo-se neste último caso a incidência de juros de 1% ao mês, devidos a partir do mês imediato ao de seu vencimento, para fins do disposto no art. 5º, inciso V, desta Lei.

Art. 9º O Chefe do Poder Executivo, mediante Decreto, poderá estabelecer os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de inscrição ao REFIS MUNICIPAL e parcelamento de que trata a presente Lei Complementar.

Art. 10. A inclusão no REFIS MUNICIPAL fica condicionada à desistência, expressa e irrevogável, das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos, a ser formulada pelo contribuinte, bem como da renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, em que se funda a ação judicial, assim como a renúncia e/ou desistência, por parte do devedor, dos embargos à execução ajuizada.

§1º Na desistência de ação judicial, o contribuinte suportará à custas judiciais.

§2º Verificando-se a hipótese deste artigo, o devedor concordará com a suspensão do processo de execução pelo prazo de parcelamento ou enquanto estiver cumprindo o pagamento das parcelas a que se obrigou, obedecendo-se o estabelecido no art. 921 do Código de Processo Civil.

§3º Liquidado o parcelamento, o Município informará o fato ao Juízo da Execução Fiscal e requererá a sua extinção, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.

Art. 11. Esta Lei Complementar será regulamentada através de Decreto Municipal no que couber.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Estado do Espírito Santo

Município criado pela Lei 1.405 de 16/08/1958 e instalado em 29/01/1959

Alameda Dr. Moacyr Tardin de Figueiredo, s/nº, centro - Apiacá/ES - CEP: 29.450-000 ☎(28) 3557-0152

CNPJ: 27.165.604/0001-44

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Apiacá-ES, 09 de junho de 2022


FABRÍCIO GOMES THEBALDI
Prefeito Municipal

Publicado no mural da PMA, na forma do art. 86, da LOM.

Em: 09, 06, 22





Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Município criado pela Lei 1.405 de 16/08/1958 e instalado em 29/01/1959

Decreto nº **919/2022** - De **22** de **dezembro** de **2022**.

**"Atualiza o Valor da Referência do
Tesouro Estadual - VRTE, para o exercício de 2023".**

O Prefeito Municipal de Apiacá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, com base no que prescreve o Decreto Municipal nº 71-A, de 11 de abril de 2001, e

Considerando, que o **Decreto Estadual nº 5250-R**, de **20** de **dezembro** de **2022** estabeleceu novo valor ao VRTE, este, unidade adotada em substituição à UFIR desde 2001,

DECRETA:

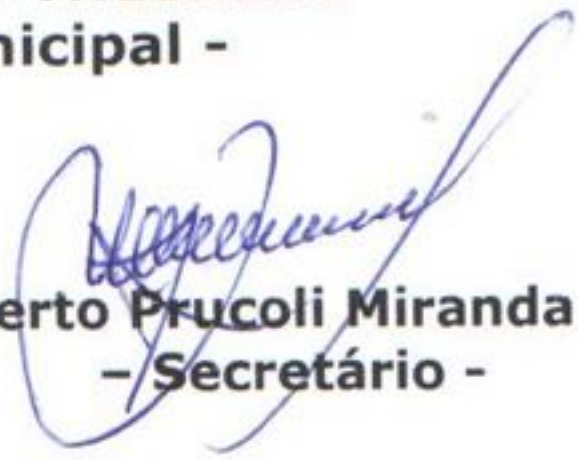
Art. 1º - Para a incidência de impostos, taxas, tarifas e contribuições fixados em UR - Unidade de Referência, deverá ser observado no exercício de 2023 o valor da VRTE - Valor de Referência do Tesouro Estadual fixado pelo Decreto Estadual nº 5250-R, de 20 de dezembro de 2022, correspondente a R\$ **4,2961** (quatro reais e dois mil, novecentos e sessenta e um décimos de milésimos).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Gabinete do Prefeito, 22 de dezembro de 2022.


FABRICIO GOMES THEBALDI
- Prefeito Municipal -

Publicado nesta Secretaria
Em 22.12.2022.


Alberto Prucoli Miranda
- Secretário -

SEFAZ

Secretaria da Fazenda

(/)

21/12/2022 14h55

Governo do Estado define VRTE para 2023

O Valor de Referência do Tesouro Estadual (VRTE) vai ser de R\$ 4,2961 em 2023. O novo valor foi estabelecido pelo Decreto nº 5.250-R, publicado na edição desta quarta-feira (21) do Diário Oficial do Estado. O novo valor começa a valer a partir do dia 1º de janeiro do próximo ano.

O valor fixado teve reajuste de 6,47%, com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) dos últimos 12 meses (out/2021 a out/2022), em relação ao ano de 2022 – R\$ 4,0350. O VRTE é utilizado para fins de atualização dos créditos do Estado do Espírito Santo.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da Sefaz

Alexandre Lemos

(27) 3347-5511

alexandre.junior@sefaz.es.gov.br (<mailto:alexandre.junior@sefaz.es.gov.br>)

Tópicos: ► [VRTE \(/Tags/VRTE\)](#), [governo \(/Tags/governo\)](#), [es \(/Tags/es\)](#), [2023 \(/Tags/2023\)](#)



DIÁRIO OFICIAL



www.dio.es.gov.br

Vitória (ES), quarta-feira, 21 de Dezembro de 2022

Edição N25.886

PODER EXECUTIVO

Governadoria do Estado

Decretos

DECRETO Nº 5250-R, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

Altera o Valor de Referência do Tesouro Estadual - VRTE, para o exercício de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 91, III, da Constituição Estadual, em conformidade com as disposições constantes do art. 5º da Lei nº 6.556, de 28 de dezembro de 2000, e considerando o disposto no processo nº 2022-ZSW1D;

DECRETA:

Art. 1º O Valor de Referência do Tesouro Estadual - VRTE, a vigorar no exercício de 2023, é de R\$ 4,2961 (quatro reais e dois mil, novecentos e sessenta e um décimos de milésimo).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 20 dias do mês de dezembro de 2022, 201º da Independência, 134º da República e 488º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado

Protocolo 989798

DECRETO Nº 5251-R, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

Altera o Decreto nº 5227-R, de 08 de novembro de 2022, que instituiu o Selo Fiscal de Controle e Procedência, destinado ao controle e à fiscalização da comercialização e envase de água mineral, natural, artificial ou adicionada de sais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 91, III, da Constituição Estadual, e considerando as informações constantes no Processo nº 2022-4SQVM;

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 4º do Decreto nº 5227-R, de 08 de novembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º (...)

(...)

II - em relação à obrigatoriedade do uso do Selo Fiscal de Controle e Procedência, que produzirá efeitos cinco meses após a publicação deste Decreto;

(...)" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Anchieta, em Vitória, aos 20 dias do mês de dezembro de 2022, 201º da Independência, 134º da República e 488º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado

Protocolo 989799

DECRETO Nº 5252-R, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

Define os valores da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, para os veículos usados, relativos ao exercício de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no exercício das atribuições previstas no Art. 91, III, da Constituição Estadual, considerando o disposto na Lei nº 6.999, de 27 de dezembro de 2001, e no Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - RIPVA, aprovado pelo Decreto nº 1.008-R, de 5 de março de 2002, e as informações constantes do processo nº 2022-C89WL;

DECRETA:

Art. 1º Os valores de base de cálculo do IPVA, expressos em reais, para os veículos automotores usados, a vigorar no exercício de 2023, são os constantes das tabelas, disponíveis no site da SEFAZ na internet, no endereço www.sefaz.es.gov.br, acompanhadas dos respectivos checksum obtidos com aplicação do algoritmo MD5 - Message Digest 5:

I - automóveis - 48A92F86058AE660EBE5F5EF11C71CA0;
II - caminhões - 11C4AD6FD1AD7920023FC616479C54B0;
III - camionetas e utilitários - 0A72BB948073306940B9F7A95D8E0679;
IV - motocicletas e ciclomotores - 35017DFD2372C8200A9520F169F836F8;
V - motocasas - A2F9BD72AA0E150586F0DC12E064CA04;
VI - ônibus e micro-ônibus - 395D1C31B5A6ABDE8E31AE3B52662096.

Art. 2º A apuração do IPVA devido tem por base o valor médio de mercado do veículo, segundo o ano de sua fabricação, considerando-se a respectiva alíquota prevista na Lei nº 6.999, de 27 de dezembro de 2001.

Art. 3º O recolhimento do imposto será efetuado por meio de DUA/DETRAN.

§ 1º O documento de que trata o caput deste artigo estará disponível nos sites da SEFAZ e do DETRAN.

§ 2º O pagamento do imposto poderá ser efetuado em qualquer agente arrecadador credenciado na SEFAZ, exclusivamente nos canais de recebimento por eles disponibilizados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 20 dias do mês de dezembro de 2022, 201º da Independência, 134º da República e 488º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado

Protocolo 989800



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Estado do Espírito Santo

Alameda Dr. Moacyr Tardin de Figueiredo, s/nº, centro - Apiacá/ES

CEP: 29.450-000 CNPJ: 27.165.604/0001-44 (28) 3557-0152

DECRETO Nº 853, DE 01 DE JULHO DE 2022.

"Altera a data limite para adesão ao REFIS MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de Apiacá, Estado do Espírito Santo, no uso da atribuição que lhe confere o art. 73, VIII, da Lei Orgânica do Município de Apiacá, e,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 15/2022, que versa sobre o NOVO REFIS MUNICIPAL;

Considerando que prazo final para adesão ao REFIS MUNICIPAL estabelecido na Lei Complementar nº 15/2022 terminará em 30/07/2022;

Considerando a necessidade de se estender o prazo para que os contribuintes possam se beneficiar do procedimento e regularizar sua situação junto à municipalidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para adesão ao NOVO REFIS MUNICIPAL que trata a Lei Complementar nº 15/2022 para o dia 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Apiacá/ES, 01 de julho de 2022.

